

## 42º Encontro Anual da Anpocs

### GT3 Circuitos transnacionais e pesquisas em África: desafios, dilemas e perspectivas

*“Como Funciona a Democracia em Moçambique? - Um Estudo Etnográfico do  
Funcionamento da Democracia em Moçambique a partir das Deserções dos  
Membros dos Partidos Políticos”*

Miguel Joaquim Justino Muhale

[dlcmuhale@gmail.com](mailto:dlcmuhale@gmail.com)

(Doutorando em Antropologia Social – USP)

## Resumo:

O processo democrático em Moçambique arranca após uma intensa Guerra Civil que obrigou o então Partido-Único, no poder desde 1975, a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), a realizar reformas constitucionais em 1990 de modo a permitir uma abertura política que culminou com a assinatura dos Acordos Gerais de Paz em Roma, em 1992 entre as partes beligerantes, Frelimo e Renamo (Resistência Nacional Moçambicana); assim, desde 1994, realizam-se regularmente no país eleições que até a actualidade são dominadas pela Frelimo. Nos atos eleitorais inaugurais, a disputa apresentava grande equilíbrio entre esses partidos, facto que se tem deteriorado, mostrando grande domínio da Frelimo em todo território nacional e perda de protagonismo da Renamo e outras forças políticas. Esse desequilíbrio nas disputas eleitorais é acompanhado de diversos e peculiares fenómenos, como é o caso da deserção de membros entre os diferentes partidos políticos e a violência que exhibe traços políticos envolvendo atores político-partidários de destaque. Descrever e reflectir sobre essas violências, que com notável ousadia vão tomando conta do cenário político moçambicano, é parte da proposta da minha pesquisa de doutorado, que pretende perceber e explicitar o Funcionamento da Democracia em Moçambique na sua singularidade.

## I. Introdução

O presente texto tem origem no interesse da minha pesquisa de doutorado intitulada: “*Como Funciona a Democracia em Moçambique? - Um Estudo Etnográfico do Funcionamento da Democracia em Moçambique a partir das Deserções<sup>1</sup> dos Membros dos Partidos Políticos*”. Neste trabalho, pretendo através de uma abordagem etnográfica entender como funciona a Democracia em Moçambique, privilegiando especialmente uma análise às cíclicas e constantes deserções em período pré-eleitoral dos membros dos partidos políticos (predominantemente entre os partidos da oposição), e em raríssimos casos, também para o partido no poder, a Frelimo, bem como a teia e trama tecidas por esses grupos e seus actores nas disputas políticas. Assim, impõe-se necessário demonstrar como se efectivam esses recorrentes processos de deserção e adesão do antigo ao novo partido, recorrendo à uma descrição exaustiva de todo enredo envolvendo tais fenómenos; elaboração de uma genealogia que demonstre as trajectórias dos desertores desde a comunidade aos partidos, cartografando seus percursos políticos e sociais (tanto antes quanto depois da fuga) de modo a perceber as reconfigurações das relações desses indivíduos e suas subjectividades.

O investimento na migração partidária, aqui designada por deserção - prática classificatória dos agentes sociais (Palmeira & Barreira, 2006) - no contexto moçambicano, para dela chegar ao entendimento do funcionamento da democracia neste país, é uma aposta que se fundamenta na característica polarizada do cenário político moçambicano onde os dois partidos de maior predominância são de génese militar com rigidez nas suas hierarquias, disciplina interna e também por ter dirigentes e militantes históricos dentro das suas estruturas. Sendo fenómeno que vem se consolidando pela sua regularidade, temporalidade e especificidade próprias, a aposta no estudo destas deserções fundamenta-se também por serem eventos e factos que ao interromper o curso normal do quotidiano, são bastante reveladores desse quotidiano, exibindo e inserindo em si performances, disposições, informações e instrumentalizações dos partidos e seus membros, que antes não se mostravam com clareza ao grande público. Mais do que meras traições, desentendimentos ou aproveitamento político, são momentos e fenómenos estratégicos que oferecem pistas para

---

<sup>1</sup> esta é uma categoria émica usada popularizada pela imprensa ao noticiar as cisões e adesões entre membros de um partido ao outro isto é, migração partidária. Apesar de sua carga semântica moral, seu uso generalizado no quotidiano moçambicano para designar o acto e os militantes que saem dum partido para outro, não parece denotar qualquer reprovação ou simpatia. De qualquer forma, apenas o trabalho de campo e contacto com os interlocutores permitirá amplo entendimento do uso desse termo.

um estudo mais aprofundando da democracia norteando-me pelas trajetórias de actores políticos entre e dentro dos partidos em Moçambique, cujo quotidiano político é caracterizado pelo secretismo exacerbado no que tange a informações da vida dos partidos.

Ainda que estes membros migrantes de partido, portanto desertores, constituam o universo empírico privilegiado nesta pesquisa, a investigação não se cingirá unicamente a eles, sendo que todas pistas, agentes e fenómenos interligados que venham a se mostrar complementares e pertinentes para este trabalho, merecerão a devida atenção, pois, podem fornecer uma possibilidade de acesso às estruturas sociais e culturais, e também princípios informadores da acção social dificilmente perceptíveis no quotidiano (PALMEIRA & BARREIRA, 2006: 19)

Assim, torna-se necessário perceber a concepção que os actores políticos locais têm de democracia. Preciso segui-los de perto nas suas práticas diárias de modo a entender o que consideram política, e como a separam (e depois voltam a conjugá-la) das demais esferas sociais e outras actividades do quotidiano. Compreender os comportamentos, práticas, representações e significados atribuídos a democracia por militantes de diferentes partidos políticos, ajudar-me-á a encontrar suas expectativas, seus anseios, narrativas discursivas e não discursivas que expliquem o motivo da deserção de um partido para o outro.

É na especificidade da abordagem e procedimentos metodológicos oferecidos pela antropologia que enfoco a realização deste trabalho de modo a perseguir as práticas banais e quotidianas bem como sua análise minuciosa com vista a alcançar os objectivos propostos. A abordagem da Democracia na Antropologia tem como base a recusa de aceitação dos modelos padronizados da democracia liberal. Afasta-se de noções preconcebidas do que é ou deveria ser a democracia. A antropologia analisa de forma crítica as diferentes formas como a democracia se configure nos variados contextos. É necessário identificar em cada contexto as variações associadas ao termo *democracia*, bem como entender as formas como a democracia tem sido conceptualizada na prática e no discurso público (GOLDMAN & PALMEIRA, 1996).

Encontrando-me na primeira fase do doutorado e, sem ainda ter realizado a pesquisa de campo que me permitirá uma recolha exaustiva de dados e uma experiência empírica “no terreno”, interagindo com meus interlocutores, tenho seguido atentamente a realidade moçambicana através dos meios de comunicação e contacto permanente com amigos e familiares pelas redes sociais.

## II. Breve Caracterização da Política Moçambicana

Após a aquisição da independência do jugo colonial português em 1975, Moçambique, governado pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), adotou uma governação centralizada cujas medidas implementadas defraudaram expectativas de alguns sectores da sociedade ao mesmo tempo que mergulharam o país numa grande crise económica e social. A resistência às políticas da Frelimo por alguns sectores culminou com uma implacável guerra armada que durou dezasseis anos (1976 – 1992), destruindo a infraestrutura do país e ceifando cerca de um milhão de vidas humanas.

Em 1989, Com o país devastado e a guerra insustentável, o então partido único ou Partido-Estado da então República Popular de Moçambique, de orientação socialista marxista-leninista, inicia a introdução de reformas administrativas principalmente com o intuito de: a) conduzir negociações do processo de paz, terminando assim com a guerra armada que durava desde 1976; b) realizar uma abertura política, introduzindo dessa forma o multipartidarismo. A aprovação dessa revisão constitucional em 1990 foi seguida de dois anos de transição pacífica, viabilizando a assinatura dos Acordos Gerais de Paz - AGP a 4 de Outubro, em Roma, entre a Frelimo e o então movimento rebelde da Resistência Nacional de Moçambique – Renamo<sup>2</sup>. A Renamo apresentava-se como um movimento anti-comunista. Quando a Frelimo mudou de orientação passando a apresentar-se como partido Social-Democrata, a Renamo abandonou sua postura anti-comunista, apresentando-se hoje curiosamente com uma ideologia „populista e conservadora“<sup>3</sup>.

Nesta nova ordem política nacional, observam-se significativas mudanças nas políticas com vista a aglutinar uma série de pontos previstos no protocolo de Paz, como por exemplo, a liberdade de imprensa e o acesso aos meios de comunicação; a liberdade de associação, expressão e propaganda política; a liberdade de circulação e de domicílio no país; o regresso de refugiados e deslocados moçambicanos; a especificação dos procedimentos

---

<sup>2</sup> A Renamo, como movimento de guerrilha, foi fundada em 1976 pelo governo de Ian Smith (da Rodésia actual Zimbábwe) e apoiado por antigos colonialistas (portugueses exilados na Rodésia, África do Sul e o serviço de inteligência rodesiano). Com a independência da Rodésia, em 1980, o movimento passou a ter o apoio do governo do Apartheid da África do Sul. Só em meados dos anos 80, quando conseguiu apoio interno em Moçambique passou a se chamar, em português, Resistência Nacional Moçambicana, antes tinha a designação MNR – *Mozambican National Resistance* (CUCO, 2013).

<sup>3</sup> retirado da sua página <http://www.renamo.org.mz/index.php/o-partido> acesso 10/04/2018

eleitorais acompanhados das respectivas garantias, assim como o estabelecimento de um calendário de implementação do processo eleitoral, determinando, para o efeito, a criação de uma Comissão de Supervisão e Controlo (CSC), para além da previsão de garantias específicas que cobriam o período que compreendia o cessar-fogo e a realização das eleições; criação da lei 15/92 que amnistia crimes praticados durante o período do conflito. Para Cuco (2016), é também corolário da assinatura desses Acordos de Paz a conservação de um poder real pelas partes pois, desde então a Frelimo detém o controlo da Forças de Defesa e Segurança e, por outro lado, a Renamo mantém um grupo de milícias armados alegadamente para proteger o seu líder<sup>4</sup>. De acordo com o autor, esta situação alimenta um conflito armado latente com todos os elementos para brotar a qualquer momento.

Em 1994 Moçambique realiza as primeiras eleições gerais e multipartidárias. Mesmo com notáveis erros organizacionais, os resultados dos dois pleitos iniciais<sup>5</sup> foram bastante equilibrados, consubstanciando uma distribuição equilibrada do eleitorado entre os dois maiores partidos, levando estudiosos a classificar Moçambique como sendo um país com um sistema bipartidário – o que é uma situação relativamente rara na África sub-sahariana. Observou-se simultaneamente maior abertura do espaço político e a criação e consolidação de novas instituições democráticas, sendo o país até considerado como um caso de sucesso, por ter conseguido efectuar a transição não só da guerra para a paz como também de um regime de partido-único ao multipartidarismo (HARRISON, 1996; CARBONE, 2005; BRITO, 2014).

Desde então, houve cinco mandatos presidenciais dos quais, dois de Joaquim Alberto Chissano (1994-2004), dois de Armando Emílio Guebuza (2005-2015) e Filipe Jacinto Nyusi<sup>6</sup> (2016 até a actualidade). Como se pode depreender, contrariamente a muitos partidos ou movimentos de libertação que ficaram dependentes ou reféns de um único líder no contexto africano, a Frelimo conseguiu sobreviver aos processos de sucessão interna sem

---

<sup>4</sup> Afonso Dhlakama, histórico líder da oposição moçambicana, veio a perder a vida em Março de 2018, vítima de doença prolongada. As suas forças de defesa, permanecem acampadas no centro do país, continuando as conversações iniciadas por Dhlakama e o actual presidente da república para sua integração no exército moçambicano.

<sup>5</sup> 1994 Frelimo 51% , Renamo 44% de assentos parlamentares; 1999 Frelimo 53% e Renamo 46% de assentos parlamentares

<sup>6</sup> Informação detalhada dos pleito eleitorais disponível em <https://www.eisa.org.za/pdf/moz2014eomr1.pdf> acessado aos 08/04/2018

grandes crises, demonstrando que a organização é muito mais importante do que os indivíduos. Apesar deste sucesso, desde os primeiros anos da sua fundação até à actualidade, há vários relatos da existência de disputas, constituição de alianças estratégicas pelo controlo do poder dentro do partido porém, cisões ou expulsões são raríssimas (CORTÊS, 2018:25)

Um fenómeno transversal a todos governos e presidentes acima citados é o discurso e necessidade de reconciliação, unidade nacional, reconstrução do país e cultura de diálogo com a Renamo no sentido de se evitar um possível retorno à guerra civil, já que o discurso deste partido, durante este período, esteve sempre assente na ideia de retorno a guerra, alegando fraudes nos processos eleitorais, praticados pelo seu principal adversário, a Frelimo. Dessa forma, passou a se observar a agudização do discurso belicista pela Renamo.

Nuvunga (2014), aponta que o processo democrático moçambicano arrancou com uma „vibrante disputa eleitoral“ entre a Frelimo e Renamo, chegando a constituir o chamado Sistema de Dois Partidos, onde estas organizações disputavam em relativa igualdade os votos do eleitorado (1994 e 1999). A partir das eleições de 2004, a RENAMO tem experimentado grandes derrotas, tendo sucessivamente perdido significativamente em vários círculos eleitorais, inclusive os dois maiores, nomeadamente Nampula e Zambézia, onde anteriormente ganhara de forma absoluta. Enquanto a Frelimo se estabelecia como partido-dominante (Dominant Party System), desentendimentos e lutas internas entre as lideranças da Renamo, levaram a cisões, abandono, deserções e expulsões de membros seniores do partido que, rapidamente fundaram ou se juntam à outros partidos políticos.

Apesar da grande queda política da Renamo no cenário nacional, em quase sua totalidade os pequenos partidos não têm sido beneficiados a nível de assentos parlamentares, pelo contrário, vão desaparecendo gradualmente. Não conseguem ter uma projecção nacional, confinando-se em alguns distritos ou províncias. Toda sua actividade política resume-se a aparições esporádicas de seus líderes em algumas cerimónias de Estado, momentos eleitorais, ou em entrevistas elogiando e declarando apoio aos candidatos do partido no poder, a Frelimo. Curiosamente, os que enveredam por esta via, aparecem posteriormente nomeados para cargos diretivos nas empresas com participação ou gestão do estatal.

Não obstante, é desses partidos que surge uma rara exceção, o Movimento Democrático de Moçambique<sup>7</sup> (MDM), único partido político com assentos parlamentares e mandatos autárquicos, além dos dois “tradicionais”. Este partido, além de muito apostar na juventude e na inovação discursiva no “*modo moçambicano de fazer a política*”, distingue-se da Frelimo e da Renamo por não ter uma génese ligada à Guerra Armada, portanto, não carrega em si a herança duma estrutura militar. Embora hajam outros partidos políticos, o processo de democratização tem-se polarizado entre a Frelimo e a Renamo, sendo suas ações cruciais nos rumos políticos e também determinantes para a consolidação da democracia no país.

É dentro deste cenário de esmorecimento de um vibrante sistema bipartidário e consolidação de um sistema de Partido-Dominante, que encontramos algumas peculiaridades do jogo político democrático moçambicano, como é o caso das semelhantes reivindicações dos partidos da oposição: Em épocas eleitorais queixam-se de diversos obstáculos colocados pela CNE<sup>8</sup> no âmbito da regularização das suas candidaturas, obstruções que reduzem drasticamente o número de partidos concorrentes; acusam a Frelimo de arquitectar tais obstruções, pois, os principais dirigentes desse órgão eleitoral, são nomeados por esse partido; acusam a Frelimo de instrumentalizar as populações de certas vilas que não permitem actividade política dos demais partidos, agredindo violentamente seus membros; acusam a Frelimo de servir-se ilegalmente de bens estatais não só para financiar a sua campanha eleitoral, como também para o enriquecimento ilícito de seus dirigentes; acusam a Frelimo de ter capturado o aparelho estatal, partidarizando completamente a Função Pública; acusam os dirigentes da Frelimo de praticar a mais alta corrupção servindo-se das instituições e da coisa públicas; acusam também a Frelimo de orquestrar constantes fraudes e ilícitos eleitorais como falsificação de votos, enchimento de urnas eleitorais, sabotagens de votos da oposição, intimidação pela polícia de Membros de Mesas de Voto pertencentes aos partidos da oposição, enfim, um extenso leque de esquemas urdido para sistematicamente atropelar as leis eleitorais de modo a se perpetuar no poder.

A ideia de usufruto indevido de meios públicos pela Frelimo, é corroborada por Adriano Nuvunga ao afirmar que “a emergência dum sistema de Partido-Dominante é

---

<sup>7</sup> O MDM foi fundado por um membro sénior da Renamo expulso pelo seu líder. Com forte apelo juvenil, o partido tem vindo a conquistar mandatos em diferentes municípios, solidificando sua projecção nacional e afirmando-se como alternativa comparativamente a oposição clássica da Renamo

<sup>8</sup> Comissão Nacional de Eleições



implantado pela Frelimo que se serve politicamente do aparato estatal para enfraquecer a capacidade dos grupos da oposição na contenda pelo controle do Estado”. E conclui que o papel do Estado, não tem sido de neutralidade mas sim, desempenha grande importância na proteção do poder e privilégios da Frelimo (NUVUNGA, 2014).

É aqui pertinente lançar um olhar detalhado à algumas práticas de governo e administração estatal que viabilizam o monopólio, robustecimento e perpetuação do poderio da Frelimo na política nacional. uma vez que o regime político em Moçambique é presidencialista, desde que foi introduzido o multipartidarismo os presidentes eleitos têm sido os candidatos indicados pelo partido Frelimo que também tem sido o partido com maioria na Assembleia da República. O Presidente da República é o chefe do Estado e do governo, também o ocupa o cargo de comandante em chefe das Forças Armadas de Defesa do país e, cumulativamente o de presidente do partido que sustenta o governo, detendo por conseguinte enorme poder no que diz respeito à gestão do poder executivo, legislativo e também o judicial. Uma vez que o país apresenta uma democracia de partido dominante, onde o partido no poder controla o Estado e os sectores nevrálgicos da economia, o candidato do partido Frelimo às eleições possui larga vantagem em relação aos demais concorrentes ao cargo de Presidente da República e, após assumir essa posição, tal indivíduo passa a estar no centro da redistribuição de oportunidades de acumulação de capital, para si, seu grupo, parentes e outros parceiros (CORTÊS, 2018:32).

Edson Cortês reflectindo sobre o uso do Estado como um instrumento de acumulação de capital pelas elites políticas da Frelimo e seus parceiros, aponta que a estrutura organizacional do Estado moçambicano privilegia o centralismo administrativo, herdado da administração colonial portuguesa, sendo que na prática quotidiana a lógica do centralismo administrativo aliada à cultura política que dá primazia às lealdades ao chefe em detrimento do cumprimento da legalidade, abre espaço à falta de distinção entre a esfera pública e a privada, havendo distribuição de cargos administrativos e/ou bens públicos fruto de simpatia, alianças ou favorecimentos frutos pelos chefes. Sendo bastante forte o papel do Estado na economia nacional, não obstante as grandes privatizações realizadas, ele continua a ser o maior detentor dos meios e factores de produção. Continuando o autor mostra que, o aproveitamento dos meios e recursos do Estado para fins partidários e em especial por parte dos membros do partido tornou-se uma prática frequente, o que na competição política constitui uma vantagem comparativa em relação aos demais actores políticos (CORTÊS, 2018:34)

O controlo dos meios e recursos do Estado, como também o acesso a informação sobre os futuros negócios do Estado ou áreas de investimento do capital estrangeiro, criou condições para que a militância partidária se tornasse atractiva para os indivíduos que pretendem melhorar a sua condição social e económica. Há uma percepção generalizada de que aliar-se ao partido Frelimo é importante para alcançar estabilidade no emprego, nos negócios e conquistar crescimento financeiro, estando assim consolidada

a ideia de que para se tornar capitalista, empresário ou empreendedor de sucesso é necessário estar muito próximo dos círculos do poder, num contexto onde as narrativas dominantes apresentam o discurso de que aqueles que não estão connosco são nossos inimigos, realçando a dualidade extrema na qual está assente a realidade política do país. Obviamente, nestas condições o partido dominante, a Frelimo, detém uma capacidade de atracção de novos membros muito superior em relação aos demais partidos políticos devido às expectativas que estes possuem em relação as recompensas que podem obter por causa da militância partidária (CORTÊZ, 2018:34)

Desta forma, além de deter o controle da economia nacional pela filiação dos empresários ao seu partido (aliás, no caso moçambicano, parte considerável da elite política é também por via disso elite económica), a Frelimo goza do controle do funcionalismo público e, como relatado, o Estado sendo o maior empregador do país, este partido também detém hegemonia no controle da sociedade moçambicana, partindo desta forma numa vantagem comparativa em todos processos de mobilização e oferta de possibilidades reais de realização aos indivíduos no jogo democrático.

### **III. Deserções Partidárias**

O cenário político moçambicano é dominado e polarizado entre a Frelimo e Renamo. O primeiro conduziu a guerra colonial que durou cerca dez anos e, após a independência em 1975, governou o país como partido único até 1992. Por seu lado, a Renamo iniciou ataques de desestabilização da Frelimo em 1976, tendo posteriormente alargado incursões militares por todo território nacional, protagonizando uma guerra de dezasseis anos que só veio terminar oficialmente em 1992. Desta forma, estas duas forças construíram uma base de militância carregada de história, afectos, solidariedade e processos de pertencimento sem

paralelo nos demais partidos que apenas surgiram após a guerra. Nesse contexto, pertencer a Frelimo ou Renamo nos primórdios da nossa democracia, era vivido como que uma relação umbilical inquebrantável onde a lealdade às cores políticas equivalia a honra do indivíduo.

Após as primeiras eleições gerais em 1994, com acúmulo da experiência e dinâmicas da vida e posturas democráticas, aliado a percepção da complexidade do jogo democrático, começam a se registrar num primeiro momento, relatos de fuga de quadros da Renamo para a Frelimo na véspera das segundas eleições. Sequencialmente, nos actos eleitorais posteriores, observa-se sistematicamente esta movimentação de membros entre partidos, sendo que, apenas em casos pontuais relataram-se saídas de membros do partido Frelimo. Na generalidade, estas deserções ocorrem entre partidos da oposição e/ou deles ao partido no poder.

Com contornos próprios, a deserção partidária (categoria nativa), tornou-se marca do processo democrático moçambicano. Em diversos distritos, delegados e quadros seniores da Frelimo, aparecem em actos de campanha eleitoral anunciando “*os irmãos que finalmente viram o lado certo*” e apresentando suas cadernetas<sup>9</sup> de membros de partidos da oposição que, de “*livre iniciativa*”, decidiram aderir à Frelimo. Nesses comícios, os supostos supostos desertores ao tomar a palavra, acusam seus anteriores líderes de “*ser anti-democráticos, maldosos e sem perspectivas políticas para o país*”, recebendo portanto ovações e abraços por parte da plateia e membros do novo partido.

Se num primeiro momento estas movimentações ocorriam mais na Renamo, nos mais recentes actos eleitorais surgem do MDM os casos de deserção, acusando-se a direção do partido de ser uma organização familiar, tribalista, desrespeitando os estatutos partidários de forma a favorecer parentes na disputa de cargos e assentos parlamentares ou municipais. Bem na véspera das eleições municipais de 2018, deputados da assembleia da república e considerável número de membros nas cidades de Maputo, Quelimane e Nampula (sul, centro e norte do país, respectivamente), convocaram a imprensa e, num espetáculo mediático comunicaram a renúncia dos seus mandatos e, anunciaram sua saída deste partido, alegando “*falta de democratização no seio do partido e projectos concretos para governar,*

---

<sup>9</sup> O discurso em torno destas cadernetas, é de que serão devolvidas à sede dos respectivos partidos, porém, tal acto, jamais foi documentado ou noticiado. Seguir os itinerários que estes documentos tomam a partir do momento que seus proprietários aderem aos outros partidos, é um desafio que pode revelar interessantes desdobramentos.

bem como o apoderamento do poder de forma absoluta da família Simango”<sup>10</sup>. O representante destes membros, em comunicado, declarou

“Não temos outra alternativa, senão juntarmo-nos à Renamo, que é de facto, neste momento, o único partido da oposição com capacidade real de ganhar as eleições e governar Moçambique”, (Ismael Nhancucue, Jornal O PAÍS, Junho de 2018).

No caso deste partido, as acusações de tribalismo, falta de democracia, reiterada violação dos estatutos partidários etc, vão sendo apontadas por diversos desertores em diferentes momentos como causa principal motivo da deserção. no ano de 2011, parte de quadros e membros fundadores deste partido publicaram uma carta direcionada à liderança do partido manifestando desagrado e preocupação com os flagrantes desmandos e rumos do partido, sendo que não tendo esta liderança se colocado ao diálogo, culminou com uma massiva saída de membros.

No ano em curso, alguns membros desertores, ao ser integrados na Renamo, foram imediatamente indicados a encabeçar as listas concorrentes a presidência dos municípios de Maputo e Quelimane, facto que não se concretizou devido a reprovação de suas candidaturas pelas autoridades eleitorais, alegando improbidade administrativa<sup>11</sup>. é importante reiterar a temporalidade, a forma, as performances e usos que o fenómeno da deserção partidária ganha no contexto político moçambicano: acontecem invariavelmente na véspera das eleições, portanto, num intervalo de cinco anos; resultam de disputas e desentendimentos cuja irreconciliabilidade desponta ou é tornada pública na proximidade das eleições; são dados a conhecer ao público recorrendo a grande espetáculos mediáticos onde os próprios desertores fazem discursos carregados de ressentimento, mostrando não só com palavras mas também gestos, a sua decepção com a linha seguida pela direção do partido, chegando a revelar aspectos desconhecidos pelo público; o partido que recebe estes desertores, ao integrá-los nas suas estruturas, faz pomposos estardalhaços aproveitando a oportunidade para se colocar

---

<sup>10</sup> Daviz e Lutero Simango, são fundadores do partido e filhos de histórico membro da Frelimo, Urias Simango que fora assassinado pelo partido

<sup>11</sup> esta questão será retomada detalhadamente mais adiante

como a melhor alternativa democrática, ao mesmo tempo que disfire duras críticas e acusações aos seus adversários.

A saída dum partido e o ingresso no outro, verifica-se num curto espaço temporal, o que pode indicar que além de um facto, a deserção é uma trajectória, sendo necessariamente preparada. Ela envolve conversações do potencial desertor com seus pares e familiares; contactos e averiguações prévias com o potencial partido de destino; o acto público da renúncia e saída do partido; a separação ou uma fase limiar e por fim agregação ao novo partido, feita obedecendo uma peculiar etiqueta protocolar. Um rito. Sendo a apresentação dos novos membros feita em audiências públicas, estes momentos, fornecem visibilidade aos que deles participam e das questões que abordam, bem como revelação das visões de mundo dos seus intervenientes. São também momentos importantes por escancararem e revelarem diferença entre o que é visto por fora e o que se enxerga por dentro.

Se por um lado, alguns sectores da sociedade considera que estes membros ao desertar de partidos, agem em busca de benefícios financeiros, sociais e materiais, uma vez que em vários casos, as desavenças agudizaram quando se percebem preteridos da disputa a cargos dentro partido, governos municipais, provinciais ou à nível nacional (assembleia da república); as renúncias a mandatos de deputados da assembleia da república e com isso a perda de todos privilégios inerentes, sugere que devemos observar as trajectórias e deserções desses membros não como uma busca desenfreada de benefícios materiais ou mero desvio heterodoxo de militância política, mas sim, como uma forma de viver a democracia tal como ela se constitui na sociedade Moçambique. Também é razoável considerar que a migração partidária de membros de altos escalões, do ponto de vista prático significa que esses actores querem aumentar as suas possibilidades de disputar as eleições (os cargos governativos) com alguma competitividade. O incremento da sua influência política só pode acontecer estando em partidos e posições com relativa expressão. De qualquer forma, uma explicação mais aprofundada, só poderá ser dada pelo trabalho etnográfico.

O aproveitamento político que se faz destes fenómenos vai até ao ponto de levar o presidente da República<sup>12</sup> a afirmar publicamente que a “Frelimo *liquidará* a oposição”, visto que seus importantes quadros vão abandonando seus partidos e procurando se filiar à Frelimo, por considera-la a melhor força política do país.

---

<sup>12</sup> Na época Armando Guebuza, fez a afirmação em comício de campanha eleitoral

O apelo a um discurso bélico na democracia moçambicana, é também recorrente por parte de alguma oposição onde, o malgrado presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, além de recusar os resultados eleitorais, passou a boicotá-las e ameaça constantemente “*incendiar o país*”, tendo de facto, recorrido aos seus homens armados para paralisar a conexão terrestre entre o sul e o norte do país durante um ano antes das eleições legislativas e presidenciais de 2014. Este bloqueio de estradas e ataque a civis e forças do exército nacional que causou diversas mortes, visava de acordo com a Renamo, forçar a Frelimo a efectuar concessões no seu modo de administração pública, nomeadamente a despartidarização do Estado; integração de membros da oposição na função pública; redistribuição da riqueza e sobretudo, revisão e alteração da lei eleitoral<sup>13</sup>. Essa radicalização das reivindicações pela Renamo com a retomada em 2013, de acções trouxe a memória coletiva da longa guerra civil, como os ataques a civis e saques de seu bens, levando à instalação dum conflito político-militar<sup>14</sup> que obrigou as autoridades governamentais a introduzir escoltas militares na principal via rodoviária que liga todas capitais provinciais do país<sup>15</sup> (CUCO, 2016; Brito, 2017; FORQUILHA, 2017).

Segundo a Renamo, a decisão de recorrer às armas, visava defender a democracia e proteger o povo moçambicano da ganância da Frelimo. É importante perceber a concepção dessa democracia que é defendida com armas na véspera de eleições enquanto a vida no poder legislativo segue seu curso normal, ao mesmo tempo que membros desertam de um partido para outro.

Nesta mesma fase, observa-se também a instabilidade ligada à situação social; manifestações e levantes populares que jamais tinham sido vistas no país, em virtude do aumento das passagens do transporte público de passageiros e, encarecimento e precariedade da vida urbana, greves; retomada das passeatas reivindicativas às quartas-feiras, dos antigos

---

<sup>13</sup> Desde o estabelecimento da democracia, a véspera das eleições é acompanhada de acesos debates e reivindicações de revisão, alteração da Lei e órgãos eleitorais por parte da Renamo. Cada ano eleitoral acaba tendo uma lei específica e diferente dos anteriores. Os pequenos partidos são estrategicamente excluídos desses debates e dos órgãos eleitorais por não atingirem a base dos 5% de votos gerais.

<sup>14</sup> <http://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-conflito-armado-ou-guerra-civil/a-36512339> acesso 13/12/17

<sup>15</sup> A Renamo anunciou unilateralmente o fim de vigência dos Acordos Gerais de Paz em 21 de outubro de 2013. Disponível em <https://br.reuters.com/article/worldNews/idBRSPE99K06Y20131021> acesso 08/04/2018

trabalhadores da Alemanha Democrática, os *Madgermanas*<sup>16</sup>.

Este extremar de posições, pode ser compreendido pela linha explicativa de Herédia (1996) ao afirmar que, durante o período eleitoral, um conjunto de acções e posições sociais e políticas que não eram evidentes, precipitam-se num novo rearranjo da vida social quotidiana. Divisões e conflitos sociais tornam-se explícitos e autorizados, indivíduos, famílias e outras unidades sociais, reafirmam ou redefinem suas posições dentro da comunidade e o conflito toma diversas formas, incluindo a violência física. É um “tempo especial” cuja investigação e análise pode ser revelador duma interessante orgânica social.

Após a divulgação dos resultados das últimas eleições presidenciais em 2014, vencidas pela Frelimo e seu candidato Filipe Nyusi, a Renamo não aceitou os resultados alegando fraude, tendo em seguida o seu líder, Afonso Dhlakama se refugiado para sua antiga base militar na região serrana de Gorongosa no centro do país. Dhlakama sobreviveu a duas emboscadas mortíferas conduzidas por homens armados cujas identidades jamais foram apuradas. Por outro lado, suas residências na cidade de Nampula e na cidade da Beira foram em diferentes momentos cercadas pelas forças militares que também efectuaram assaltos à base militar de Gorongosa, sem nunca conseguir encontrar Dhlakama.

A intensificação de acções militares pelo exército contra o líder da Renamo, levantaram grande preocupação na sociedade civil uma vez que tais emboscadas tiveram apologia de históricos membros do partido Frelimo, como foi o caso da ideia de “*Savimbização*<sup>17</sup> de Dhlakama”, defendida por Sérgio Vieira, coronel na reserva. A mera enunciação por vozes ligadas ao governo da possibilidade de “*savimbizar*” ou liquidar sistemática e violentamente o líder da oposição como condição de paz, o simples facto dessa enunciação, instala um estado de excepção, criando a possibilidade de constituição de enclave

---

<sup>16</sup> Antigos trabalhadores da extinta República Democrática Alemã (RDA), que se mobilizam e reivindicam às autoridades moçambicanas a restituição de finanças que lhes foram retiradas ilegalmente no repasse dos seus dividendos entre os dois países. Na língua local *Madgerman* indica aquele que é de Germany; e neste caso, é todo moçambicano que foi trabalhar naquele país na década de 1980 em virtude dos acordos entre essas nações

<sup>17</sup> “Savimbização” é a alusão ao fim político do líder da oposição angolana UNITA, Jonas Savimbi, que foi executado pelo exército angolano em 2002. Sua morte permitiu o relançamento do processo negocial entre o seu movimento e o governo angolano, culminando na assinatura do Acordo de paz de 4 de Abril desse ano. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=zF6TZoU8FBg>

de violência na medida em que propicia uma atmosfera na qual a oposição precisa se reorganizar militarmente para responder a ameaça do assassinato de seu líder, tomando controle de uma multidude, transformando assim uma certa região do país (matas da Gorongosa no centro do país), num enclave militarizado, que passa a ser gerido para se promover o que Achille Mbembe designa de uma máquina de guerra. Tanto nas declarações da liquidação sistemática do líder da Renamo, quanto na reorganização militar desta passando a controlar e bloquear a via terrestre que permite a ligação entre o sul e o resto do país, e passando a realizar ataques de civis, são momentos em que o regime de exceção aparece claramente na política nacional podendo nesse sentido nos levar a pensar o estado moçambicano como estando à beira da necropolítica (Mbembe, 2018).

Cabe sublinhar o carácter peculiar dos dois partidos que dominam o cenário político moçambicano, que é a génese militar, embora com surgimento em contextos diferentes. A Frelimo, um movimento militar criado em 1962 na Tanzânia, pela união de três movimentos contra a ocupação colonial, conduz uma guerra de libertação do jugo colonial português entre 1964 e 1974, que culmina com a independência do país no ano seguinte. Transforma-se em partido socialista (único reconhecido e permitido pelo Estado), de orientação marxista-leninista após a realização do seu Terceiro Congresso em 1977 (NUVUNGA, 2014). Por seu lado, a Renamo só se transforma em partido político após travar a guerra civil (1976 – 1992), portanto, como consequência da assinatura dos Acordos Gerais de Paz, que introduziram a democracia multipartidária.

A constituição histórica destas forças políticas está assente em incursões e conquistas armadas; ambos têm experiência das dinâmicas do campo de batalha, adquirida e aprimorada por longos anos de duros combates com o inimigo, tendo desenvolvido um conjunto de representações, percepções e também gramáticas próprias de se relacionar ou encerrar quem não faça parte do seu grupo. Tanto a conquista da independência colonial pela Frelimo, quanto a conquista da democracia pela Renamo, além de representarem ganhos políticos, são corolário de vitórias militares, que demandaram a aplicação duma organizada e aprimorada acção e linguagem militares. Assim, o recorrente emprego de uma linguagem marcial por seus membros, como as ideias de “*liquidar a oposição*”, “*incendiar o país*” e ainda “*savimbizar o líder da Renamo*”, não devem ser entendidas como uma mera predisposição belicista dos líderes que a empregam. Esta linguagem marcial ancora-se na história destas forças políticas, podendo até reflectir uma forma de organização e práticas da vida quotidiana



próprias destes partidos, ou podendo representar um resquício dum contexto histórico dessas práticas.

Sendo que a Frelimo pela sua longevidade já contava com larga experiência administrativa e governativa (ainda que de forma autoritária e centralizada), a Renamo tinha sua existência resumida num passado de movimento rebelde cuja guerrilha era conduzida a partir das matas onde se situava sua sede e comando de operações. Sua transformação de oposição armada para partido político, coincide com o advento da democracia no país e, é nessas circunstâncias onde teve de aprender, assimilar, adaptar-se e inserir-se nas lógicas de funcionamento do Estado de Direito. Uma desvantagem comparativa para com a Frelimo que já contava com uma experiente máquina organizacional e administrativa, consolidada e espalhada por todo território nacional. Faz-se necessário prestar atenção e indagar as implicações da herança militar desses partidos nos rumos, decisões e violências que se verificam no cenário político local, bem como na consolidação da democracia e suas práticas.

Este emaranhado de tramas, complexidades e peculiaridades da questão política moçambicana e de uma democracia que existe há apenas vinte quatro anos, fornece grandes desafios de compreensão de seus sentidos e significados sendo necessário explorar as *estratégias subterrâneas* empregues pelos agentes políticos, tomando inclusive o papel dos valores e cultura política local, como também a importância da vida do dia-à-dia, visto haver múltiplas perspectivas sobre o imaginário político africano, sendo por isso necessário explorar por uma diversidade de ângulos as instituições e práticas democráticas.

Sendo que, a Democracia é “experienciada” contextualmente, e como corolário deste facto a existência de uma multiplicidade de *Democracias*, o entendimento da singularidade, da experiência prática e contextual da democracia em Moçambique, necessita dum aturado trabalho etnográfico. Focar atenção no funcionamento das células partidárias e, as trajetórias das deserções dos membros dos partidos políticos em épocas eleitorais pode levar a um melhor entendimento do funcionamento da Democracia em Moçambique.

### **III. A Violência Como Fenómeno Ordinário**

Para uma leitura formal da ciência política, os factos acima descritos, não são certamente esperados num cenário político democrático, uma vez que contradizem seus

princípios, todavia, sua regular reincidência indica como se conforma o processo democrático moçambicano. São um conjunto de actividades práticas que permitem a extração de características fundamentais e distintivas dos partidos e seus membros; suas representações sobre democracia, bem como perceber as modalidades pelas quais se dão suas relações como povo moçambicano. São estratégias usadas na busca de concentrar para si a tomada legítima de decisões coletivas, explorando as diversas possibilidades do jogo político-democrático, explorando, contornando ou até subvertendo suas regras.

Não seria exagerado propor que tais práticas constituem modos de acção consolidados, se não mesmo intrínsecos ao jogo político actual no país. Estamos perante uma materialidade onde as formas de luta pela conquista, manutenção, e legitimação do poder político, precipitam engenhosas, ousadas e até perversas estratégias como visto recentemente no dia 4 de Outubro de 2017, aniversário da assinatura dos Acordos Gerais de Paz, feriado nacional em Moçambique, celebrado como Dia da Paz, com a realização de cerimónias de Estado nos principais monumentos de cada uma das onze províncias, onde em Nampula, maior cidade do norte do país, foi assassinado o presidente do município, logo após dirigir as referidas cerimónias. Muhamudo Amurane, eleito pelo Movimento Democrático de Moçambique - MDM, que, em virtude de desentendimentos internos, tinha-se desvinculado do seu partido<sup>18</sup> e anunciado a recandidatura (sem especificar se concorreria de forma independente ou por outro partido). Ainda que tenha sido o primeiro assassinato dum presidente de município, este acto, aliado aos demais antecedentes, vem consubstanciar a violência como um modo de operação próprio à democracia moçambicana.

Estas acções que mais do que meras ludibriações, meros contornos ou meras negociações com a lei, vão se constituindo como ameaça ao Pacto Social (Hobbes, 1997) da nação moçambicana. Serão estas formas de violência um dispositivo fundamental tentando impedir a emergência ou solidificação de um poder transcendente, que limite as liberdades dos políticos e seus grupos partidários? (CLASTRES, 2003).

Para Han (2017), os pontos fortes da grande política não são os momentos em que se chega a um bom termo na reconciliação ou no entendimento com o inimigo, mas nos momentos em que ele é visto como inimigo com toda clareza e nitidez. O que fundamenta o carácter político não é o diálogo mas a guerra e a contenda: “o que importa é sempre apenas o

---

<sup>18</sup> Disponível em <http://www.dw.com/pt-002/nampula-mdm-n%C3%A3o-reconhece-sa%C3%ADda-de-amurane/a-40286525> acessado a 04/04/2018

caso conflituante” (HAN, 2017:90). Não é a solução de conflitos que é política, mas, antes, o que dá fundamento ao carácter político é a inimizade que está na base do caso conflituante.

Deste modo, as constantes agressões, inimizades, conflitos que são actualizados e reactualizados pelos atores políticos através de comunicados, discursos públicos, intervenções no parlamento, intimidação física e moral, o recurso às armas de fogo etc, podem ser vistos não como mera excrescência da vida social ou um desvio de regra<sup>19</sup>, como apontado por Marques (2011:3), como formas de violência que são parte constitutiva e estruturante da vida social e particularmente da política no contexto moçambicano. Estas agressões mútuas, podem não representar uma relação negativa ou tão menos indicar um estado social patológico, mas sim, inserir em si a potência de fornecer, “condições sociais de necessárias para forjar subjectividades e identidades em plano individual e colectivo” (apud TAYLOR, 2006:61).

Na sua história pré-colonial, os diversos povos Bantu habitantes do actual território de Moçambique (e toda região da Africa Austral), tornaram-se exímios caçadores e grandes guerreiros nalguns casos com o privilégio de técnicas corporais, o que demandava um aprimoramento de diversas técnicas que permitissem uma robustez da compleição física. A anexação de novos territórios e subjugação de seus povos, foi uma prática que consagrou a honra, virilidade, coragem, tenacidade, bravura e grandeza desses guerreiros e seus grupos. Não é por acaso que até à entrada do séc. XX, enfrentando forte resistência, Portugal não tinha ainda conseguido conquistar e pacificar o Império de Gaza, os territórios do sul de Moçambique (ROCHA, 1990). Esse *éthos* guerreiro, de bravura, virilidade não desapareceu mesmo com as sevícias infligidas aos moçambicanos ao longo do colonialismo português.

A ideia do ser másculo, corajoso que privilegia o emprego da força contra os obstáculos, opositores e inimigos<sup>20</sup> é deveras disseminada e presente na vida destes povos, cujos traços podem ser vistos quando na assembleia da república, um deputado responde ao colega com insultos lhe desafiando à uma luta se este “se achar homem”, ou quando alguns sectores apelidam de “Mariazinha” ao presidente da república por não conseguir “resolver a situação dos ataques da Renamo”. A associação a um nome feminino, sugere a ausência de força, poder e virilidade por parte do presidente, o que não seria de esperar na concepção local de masculinidade pois, um homem, já teria “resolvido” – o que significa uso de força

---

<sup>19</sup> Sobre a concepção de ordem aqui aplicada, ver Marques (2011: p.4).

<sup>20</sup> Qualidades sempre ressaltadas nos discursos oficiais das comemorações da Independência nacional e também nos festejos do dia das Forças Armadas.

letal e silenciamento definitivo da Renamo e seu líder. Estes, são alguns exemplos que podem oferecer uma chave analítica das diversas formas de agressão, assédios e uso de armamento bélico ou em uma palavra, a violência, como um recurso cultural quotidiano, prático e eficaz na vida política moçambicana.

Não se trata aqui de afirmar um devir selvático ou primitivo e anti legislação onde imperaria a lei do mais forte, mas, sim, apontar a alternativa localmente efectiva que representa o recurso à violência na resolução de conflitos. Algumas dessas agressões podem não ser contextualmente percebidas como violência mas, sim, encarados como actos justificados para preservar a integridade moral, boa reputação e honra de quem as usa<sup>21</sup>. O recorrente recurso à violência de linguagem pelos agentes políticos e de Estado contra seus opositores, pode ser explicado pela sua ampla negatividade, pois, ela é “di-famante, descredenciadora, de-gradante ou des-abonante” (HAN, 2017:9).

Portanto, são recursos imediatos de afirmação e/ou reposição da honra, bravura e virilidade (qualidades guerreiras e com profundo recorte de género, na medida em que são socialmente percebidas e representadas como masculinas), dignas do grupo étnico ao qual pertence cada um dos envolvidos. Procura-se proteção contra a violência exercendo-a ativamente por conta própria. Assim, estamos perante uma forma de regulação de conflitos que não está prevista e escapa à lógica legislação do Estado moderno moçambicano cuja constituição (lei mãe), é herdada da administração colonial portuguesa, elaborada pela metrópole abarcando as “Províncias Ultramarinas”, sem respeito às especificidades e culturas dos povos nativos. Portanto, é uma forma de socialidade anti-Estado<sup>22</sup>, promovida por agentes políticos com relações oficiais com o Estado, dentro duma sociedade de Estado.

---

<sup>21</sup> É frequente testemunhar pela rede nacional televisiva, intervenções no parlamento com recurso a discursos vexatórios entre os deputados, seguidos de réplicas e tréplicas, gritos, ovações e vaias, não pela qualidade ou impacto do discurso/proposta ao nível dos problemas reais do povo e do país, mas sim, pelo achincalhamento do adversário e defesa da honra individual.

<sup>22</sup> Marques (2011:10) ressalta a possibilidade da presença do contra-Estado no seio mesmo das sociedades dotadas de aparato estatal. Numa reflexão com Deleuze e Guattari, a autora aponta que “regimes de Estado e contra-Estado em que segmentaridades duras, molares, macropolíticas e segmentaridades moles, moleculares, micropolíticas não se dispõem linearmente umas em relação às outras. Elas se combinariam e se articulariam de maneira inseparável, toda formação social sendo necessariamente atravessada por ambos os regimes, certamente em arranjos de predominância específicos a cada uma (Marques, 2011, *apud DELEUZE e GUATTARI, 1980 pp.260-261*)

## Referências Bibliográficas

BRITO, Luís. (2014) *Uma Reflexão Sobre o Desafio da Paz em Moçambique*. In: BRITO, Luís de et al. *Desafios para Moçambique*. IESE, Maputo, julho de 2014

BRITO, Luís (org). (2017). “*Agora eles têm medo de nós!*” – *Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008–2012)*. IESE. Maputo. Mocambique

CARBONE, G. M. (2005). ‘*Continuidade na renovação?* (Continuity in renovation) Ten years of multiparty politics in Mozambique: roots, evolution and stabilisation of the Frelimo-Renamo party system’, *Journal of Modern African Studies* 43(3), 417-442.

CLASTRES, Pierre. (2003) *A Sociedade Contra o Estado – Pesquisa de Antropologia*. Cosac & Naify. São Paulo.

CUCO, A. F. (2016). *Caminhos e descaminhos do processo de democratização de Moçambique: democratização pacífica ou uma trégua tensa?* UFRGS. Porto Alegre.

FORQUILHA, Salvador. (2017). *Beira – Clivagens Partidárias e Abstenção Eleitoral*. IESE. Maputo, Mocambique

GOLDMAN, M., & PALMEIRA, M. (1996). *Antropologia, voto e representação política*. Contra Capa

HAN, Byung-Chul. (2017). *Topologia da Violência*. Editora Vozes. Rio de Janeiro.

HARRISON, G. (1996). „Democracy in Mozambique: The significance of multiparty elections“, *Review of African Political Economy* 67, 19-35

HEREDIA, B. (1996). Política, família, comunidade. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: *Contracapa*, 57-72.

HOBBS, Thomas. (1997). *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um estado Eclesiástico e Civil*. São Paulo: Nova Cultural

MARQUES, Ana Cláudia. “*Cartografias da ordem e da violência. Entre a guerra ameríndia e as „brigas de família” sertanejas*”. In: *Revista de Antropologia*. Vol. 54, n.2, São Paulo. 2011

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção; política da morte*. N-1 edições. 2018

NUVUNGA, (2014) Adriano Alfredo. *From the Two-Party to the Dominant-Party System in Mozambique, 1994-2012: Framing Frelimo Party Dominance in Context*. Netherlands

O PAÍS. *Membros do MDM renunciam ao partido e juntam-se à Renamo*. Jornal O País. Maputo. 29 de junho de 2018

PALMEIRA, Moacir & BARREIRA, C. “*Política no Brasil – visões de antropólogos*”. Relume Dumara. 2006

ROCHA, Aurélio, (1990). *História de Moçambique*. Maputo.1990